



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Trabalho, Questão Social e Serviço Social  
**Sub-eixo:** Relações de trabalho - organização, gestão e exploração da força de trabalho

### **GERENCIALISMO E ADOECIMENTO: as repercussões na saúde mental dos servidores públicos em tempos de gerencialismo estatal.**

SARA IZABELIZA MOREIRA LIMA <sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre avanço do ideário neoliberal na gestão do Estado, mediante a incorporação gradativa da lógica empresarial no setor público, trazendo rebatimentos para a organização do trabalho no setor e na saúde mental dos trabalhadores. Destarte, esse estudo, procura problematizar este processo a partir de uma revisão da literatura.

**Palavras-chave:** Estado; Gerencialismo; Trabalho; Adoecimento; Saúde Mental.

**Abstract:** This article aims to analyze the relationship between the advance of neoliberal ideas in the management of the State, through the gradual incorporation of business logic in the public sector, bringing repercussions for the organization of work in the sector and the mental health of workers. Thus, this study seeks to problematize this process from a literature review.

**Keywords:** State; Public Management; Work, Illness, Mental health.

#### **I. Introdução**

O presente artigo é resultado parcial da pesquisa em andamento do curso de mestrado em Serviço Social e de questionamentos surgidos a partir da atuação profissional

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

da autora enquanto assistente social em um departamento de atenção à saúde do trabalhador de uma universidade federal localizada em Minas Gerais. O objetivo é apresentar algumas reflexões críticas sobre o avanço da ideologia gerencialista na administração pública e seus rebatimentos para a saúde mental dos servidores públicos.

Nas últimas décadas do século XX, propriamente no início dos anos de 1970, o capitalismo enfrenta uma crise estrutural, período caracterizado por recessão, após um ciclo conhecido como “Era de ouro” nos Estados Unidos da América e Europa, marcado pela reconstrução do segundo pós-guerra, pela expansão capitalista e ascensão do crescimento econômico e das taxas de lucro (HARVEY,2016).

As crises são caracterizadas por um período de contradições e acirramentos do modo de produção capitalista que afetam diretamente a relação entre capital e trabalho. Diversas são as alternativas utilizadas, para diminuir a contra tendência à queda da taxa de lucro. Segundo Netto e Braz (2011) a estratégia utilizada pelo capital para superar a crise, que se inicia nos anos 1970, é articulada sobre um tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização do capital e a ideologia neoliberal.

O processo de reestruturação produtiva, mundialização do capital e avanço do ideário neoliberal provocaram um movimento tendencial de novas modalidades e modos de ser do trabalho, afetando diretamente a classe trabalhadora que vive do seu trabalho (ANTUNES, 2006). Nas últimas décadas do século XX e início do XXI, a precarização, a terceirização e a informalidade são elementos essenciais para preservação e ampliação do processo de valorização do capital.

Há um processo tendencial de flexibilização do trabalho, resultado da nova morfologia do trabalho que se materializa com “a retração do operariado industrial de base taylorista-fordista e, por outro lado, a ampliação, segundo a lógica da flexibilidade-toyotizada” (ANTUNES., 2007, p.14). A corrosão dos contratos de trabalho, a existência de diversos vínculos empregatícios em determinado local de trabalho, a instabilidade, informalidade são características dessa nova morfologia do trabalho, o trabalho formal, regulamentado, estável, se apresenta em menor parcela, caracterizando uma dualidade no mercado de trabalho.

No Brasil, evidencia-se na década de 1990, essas transformações geradas pela nova divisão internacional do trabalho, mas que assume características de acordo com sua dinâmica interna, permeada pela sua posição dependente e fundada na superexploração<sup>2</sup>

---

2 Para Marini (2007), a condição de dependência estaria coadunada à proposta de superexploração da força de trabalho presente no desenvolvimento capitalista e fundamental na formação capitalista dos países dependentes. Segundo o autor, a superexploração surgiu com a introdução das economias nacionais latino-

da força de trabalho (BEHRING, 2008) (MARINI,2017).

O neoliberalismo no Brasil aproveitou-se do histórico brasileiro de baixos salários, jornadas de trabalho prolongadas, para intensificar a superexploração da força de trabalho através de novos métodos de gestão e organização da produção. Além disso, foi estabelecida uma nova racionalidade, produzindo novos tipos de relações sociais, novos modos de viver, fomentando o enfraquecimento do coletivo e valorização da individualidade (DARDOT; LAVAL, 2016).

O Estado neoliberal é o Estado capturado pela lógica do capital financeiro, em que o orçamento público é disputado pelos interesses dos investidores do mercado financeiro, resultando no processo de cortes do orçamento das políticas sociais para garantir o pagamento de dividendos da dívida pública (ALVES, 2021).

## **II. A contrarreforma do Estado e os impactos no setor público.**

No âmbito do Estado, o projeto neoliberal adentrou no país nesse período, estabelecendo opções políticas e econômicas conservadoras, impondo a necessidade de ajustes e planos de estabilização para “enfrentar” a crise. Neste período, segundo Behring (2019) ocorre uma reformatação do Estado brasileiro para adaptação a lógica do capital, a partir da redefinição do padrão de reprodução do capital, atrelada de uma contrarreforma do Estado.

O presidente Collor de Mello (1990-1992) foi o precursor no âmbito de experimentos neoliberais no Brasil, em seguida no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), essa política foi aperfeiçoada em seus dois mandatos. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE), do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (Mare), aprovado em setembro de 1995 na Câmara da Reforma do Estado – órgão interministerial criado para essa finalidade – foi justificado como necessário pelo então presidente por entender que;

(...) a crise brasileira da última década foi uma crise do Estado, que se desviou das suas funções básicas, do que decorre a deteriorização dos serviços públicos, mais o agravamento da crise fiscal e da inflação. Trata-se, para ele, de fortalecer a ação reguladora do Estado numa economia de mercado, especialmente os serviços básicos e de cunho social. O Estado brasileiro é caracterizado como rígido, lento, ineficiente e sem memória administrativa. O salto adiante é a proposição da reforma gerencial voltada para o controle de resultados e baseada na descentralização, visando qualidade e produtividade no serviço público. (BEHRING, 2008, p.177)

As razões da crise estariam localizadas no Estado, então era necessário

---

americanas na divisão internacional do trabalho, que foram inseridas enquanto colônias e realizaram a transição ao capitalismo subordinadas a lógica do capital mundial.

---

“reforma-lo” para atender as novas requisições, corrigir distorções e reduzir custos. Sendo assim, é necessário um novo modelo de gestão pública, introduzindo disciplinas e categorias do setor privado, reduzindo o orçamento e o número de agentes públicos, reiterando o ideário de que a gestão privada é mais eficaz que a administração pública, corroborando a hipótese de que;

Se encontra no princípio de todas as medidas que visam a “terceirizar” para o setor privado ora serviços públicos inteiros, ora segmentos de atividades, incrementar as relações de associação contratual com o setor privado (por exemplo, na forma de “parcerias público-privadas”) ou, ainda, criar vínculos sistemáticos de subcontratação entre administrações públicas e empresas (DARDOT; LAVAL, 2016 p. 290).

De acordo com Dardot e Laval (2016), um dos efeitos desta nova gestão pública é que os limites entre o setor público e o privado se embaralham, afetando os princípios do setor público que não correspondem a lógica privada. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, criou as condições para ampliar a participação do setor privado, transferindo para este setor diversas atividades; dessa forma se alarga o protagonismo do mercado, e “descentraliza” algumas das atividades aumentando a presença do denominado “setor público não-estatal”<sup>3</sup> como é o caso da educação, saúde, cultura etc. (BEHRING, 2008).

Neste contexto, são ampliadas as parcerias público-privadas em diferentes modalidades e áreas das políticas sociais (RAICHELIS, 2018). Essas parcerias público-privadas se expressam na transferência significativa da execução das políticas sociais e na prestação de serviços para segmentos da sociedade civil. Assim, no âmbito de realização dessas ações as Organizações não Governamentais (ONGs), Organizações Sociais (OS) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDPS) e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), se tornaram as principais executoras dos serviços sociais. Portanto, esse processo;

Trata-se da privatização do que é público, na medida em que o Estado abdica de ser o executor dos serviços públicos, por meio da abertura à iniciativa privada como fornecedora desses serviços, mediante repasse de recursos, de equipamento, instalações públicas e de pessoal para entidades

---

3 O Setor de Serviços Não-Exclusivos, onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas, como universidades, hospitais, centros de pesquisa e museus (BRASIL, 1997).

privadas (BRAVO; CORREIA, 2012, p. 139)

Esse tipo de concepção do Estado e da ação pública se aplica também na “gestão do trabalho” o que resulta na progressiva substituição do servidor público, através do reagrupamento e extinção de cargos, utilizando como pressuposto a racionalização de atividades auxiliares e a redução de custos. Para consolidar esse Estado gerencial, era necessário limitar alguns dos avanços conquistados com a Constituição de 1988, que segundo Bresser, fez o país retroceder até a década de 1930; dessa forma, os mesmos deveriam passar por um processo de revisão, restringindo o Regime Jurídico Único dos servidores públicos, apenas as atividades “exclusivas de Estado”<sup>4</sup> (LEHER, 2003).

As Universidades Federais e as demais Instituições Federais de ensino superior são consideradas instituições constituintes da administração pública indireta, sob a forma de autarquias ou fundações públicas, sendo assim, também foram afetadas por essas transformações ocorridas na década de 1990.

Esse projeto de reformulação do ensino superior, que começou com o governo de Collor-Itamar (1990-1994), ganha nova racionalidade nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003)<sup>5</sup>, quando a educação passa a ser incluída no grupo de atividades não exclusivas do Estado. É importante mencionar também que esse processo continuou seu caminho e aprofundou-se nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), a partir de um duplo mecanismo: por um lado, a ampliação do número das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e, de outro, pelo processo de privatização interna das IES públicas (LIMA, 2009).

Ocorre neste contexto o avanço do processo de mercantilização das universidades públicas, assim como também das demais políticas sociais, a qual passam a ser geridas e financiadas num mix entre público e privado (CISLAGHI, 2012). Esse conjunto de mudanças também incide sobre o funcionamento dos

---

4 O Setor de Atividades Exclusivas, onde são prestados serviços que só o Estado pode realizar, a exemplo da previdência básica, educação básica, segurança e outros (BRASIL, 1997);

5 Durante o governo Cardoso, a contrarreforma do ensino superior torna-se parte importante da contrarreforma do Estado em curso, visto que, estava em consonância com documentos produzidos pelos organismos internacionais como o Banco Mundial (CISLAGUI, 2012).

Hospitais Universitários, que têm por finalidade exercer o ensino, a pesquisa e extensão, por meio da assistência à saúde. Essas instituições possuem sua gestão subordinada ao Ministério da Educação (MEC) por sua formação e ensino e ao Ministério da Saúde (MS) pela vinculação ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os Hospitais Universitários Federais (HUF) estão incluídos no rol de “atividades não exclusivas do Estado”, e também foram atingidos com o sucateamento de seu quadro de pessoal.

Segundo Cislagui (2010) a redução do quadro de servidores do regime jurídico único (RJU), devido à extinção de cargos e redução de concursos públicos, resultou na contratação de pessoal para os HUF via fundações de apoio<sup>6</sup> ou cooperativas. A defasagem de trabalhadores, falta de recursos, indisponibilidade de recursos materiais, excesso de burocracia, deveriam ser superados através da implantação de uma nova racionalidade gerencial.

A primeira alternativa para enfrentar os problemas supracitados nos HUF em consonância ao modelo da Reforma do Estado bresseriana, foi a aprovação do Decreto nº 7.082/2010 que instituiu o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF). O principal objetivo deste programa foi determinar a partilha igualitária entre MEC e MS em relação as despesas desses hospitais. Entretanto, essa partilha segundo Sodre et al (2013, p. 371) se realizou com “intenção de esquiva das responsabilidades financeiras e despesas, numa lógica em que a educação e a saúde são por demais dispendiosas ao governo”. A adoção dessa partilha focaliza o modelo de atenção destes estabelecimentos de saúde nas atividades de assistência, em detrimento do ensino e da pesquisa.

Ainda de acordo com este modelo, segundo o argumento de tornar a gestão dos HUF mais ágil e eficiente, foi criada uma nova modalidade de gestão do SUS pela Lei nº 12.550/2011, denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) com objetivo de atuar em serviços de saúde e educação. A EBSERH representa mais uma medida do governo federal de flexibilização da gestão pública,

---

6 As fundações de apoio são fundações de direito privado com a finalidade de apoiar projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico. Segundo Cislagui (2012) essas fundações têm se constituído como um mecanismo de privatização interna das instituições públicas de ensino superior.

com a justificativa de modernização gerencial e maior efetividade no gerenciamento dos recursos humanos, e reitera os princípios bresserianos de transformar a gestão estatal cada vez mais próxima de uma gestão empresarial.

De acordo com Daneliu et al (2019) a EBSEH no ano de 2019 atuava na gestão de 40 HUF em âmbito nacional, sendo um modelo amplamente difundido e apontado como recurso para solucionar os problemas destes hospitais. A adesão a EBSEH entra em conflito diretamente a autonomia universitária, na medida em que a empresa assume a responsabilidade da gestão e do desenvolvimento das atividades que anteriormente competiam à universidade.

A entrada da EBSEH estabelece um novo marco na relação dos vínculos do trabalho e na gestão. De acordo com Daneliu et al (2019), a adesão a EBSEH pelos HUF representa mudanças na cultura organizacional destes espaços, considerando a administração atrelada ao modelo empresarial, através do estabelecimento de metas, mudanças de condutas e processos de trabalho e centralização da gestão.

### **III. Gerencialismo, precarização do trabalho e adoecimento mental.**

Para Marx (2013, p.25), o trabalho é “um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula, e controla seu metabolismo com a natureza”, é uma atividade orientada a um fim para produção de valores de uso<sup>4</sup> e satisfação das necessidades humanas. O processo de trabalho é transformação da natureza, mas também transformação do sujeito, portanto, o trabalho é fundamento do ser social.

Segundo Antunes (2009), este novo ser social que emerge, a sua consciência social humana deixa de ser epifenômeno biológico e se constitui um momento ativo e essencial da vida. E a partir da busca de uma vida cheia de sentido, dotada de autenticidade, que este encontra no trabalho o primeiro lócus de realização.

Na sociedade capitalista o trabalho se distancia desse sentido ontológico e se realiza sob o comando do capital. A força de trabalho é convertida em mercadoria, o trabalhador que anteriormente possuía os meios de produção é expropriado deles, e para reproduzir-se é necessário que ele venda a sua força de trabalho. Essa relação entre capital e trabalho não se necessita que ele venda a sua força de trabalho. Essa relação entre capital e trabalho não se realiza em condições de “liberdade”,

mas de dependência, alienação e antagonismo (IANNI,1984), anulam-se as condições para autonomia e emancipação humana, desencadeando a desrealização do ser social.

O modo de produção capitalista tem como fundamento central, para garantia do seu desenvolvimento, a apropriação do trabalho humano por meio da exploração com a finalidade de acumulação, é neste processo que ocorre a captura da saúde física e mental dos trabalhadores. O trabalho no modo de produção capitalista representa a degradação progressiva da saúde e da vida (LOURENÇO, 2016).

As manifestações do adoecimento e acidentes relacionados ao trabalho não são fenômenos novos, Engels (apud ANTUNES et al, 2015) baseado na observação da classe trabalhadora na Inglaterra no século XIX relata que a razão de um conjunto de enfermidades na época estava relacionada a condição de vida e trabalho destes indivíduos. Segundo Antunes et al. (2015) este processo de reestruturação produtiva que gerou esta nova morfologia do trabalho, estabeleceu novas formas de adoecimento e de acidentes a classe trabalhadora.

A partir desse pressuposto, buscamos refletir sobre a determinação social do processo saúde-doença e sua articulação com a formação social e o seu modo de produção, ou seja, compreender a doença em seu caráter histórico, econômico e social, e apreender os seus diferentes impactos nas classes sociais, (LAURELL, 1982). Ou seja, entender o adoecimento para além de estados físicos, biológicos, mas também compreendendo os fatores socioculturais envolvidos.

O objeto de estudo da teoria da determinação social do processo saúde-doença não se situa no indivíduo e sim no coletivo. Porém, é necessário considerar o duplo processo de saúde doença (biológico e social), considerando-o como um processo intrínseco, com objetivo de desvelar a compreensão da causalidade do adoecimento dos indivíduos (LAURELL, 1982).

Para Laurell (1982), a estrutura econômica, as relações estabelecidas entre as classes, a organização do Estado e seu aparato legislativo, oferecem elementos de análise para compreensão deste processo. Cabe ressaltar que a relação entre trabalho e processo-saúde doença só pode ser compreendida se baseada em determinado contexto histórico e social. Segundo Seligmann-Silva (2011), são essas condições que geram tipos específicos de adoecimento e circunstâncias para o seu agravamento.



O conceito de desgaste formulado por Laurell (apud SELIGMANN-SILVA, 2013) define o processo de desgaste como perda potencial ou efetiva, física ou psíquica. Edith Seligmann-Silva baseada neste conceito da medicina social latino americana, com objetivo de compreender o processo de adoecimento mental relacionado ao trabalho ou pela ausência do mesmo, define desgaste mental como “perda”, “deformação” e transformações negativas.

Cabe ressaltar que o trabalho no serviço público é considerado segundo Marx (2013) um trabalho improdutivo, pois não está inserido diretamente no processo de produção de mercadorias, e por isso, não produz mais-valia, assim como os trabalhadores inseridos no setor de serviços. O empregado público está ligado ao Estado, que é uma instituição necessária ao sistema capitalista e que também será afetado por todas as mudanças ocorridas a partir do avanço do neoliberalismo.

De acordo com Alves (2021), o cerne do neoliberalismo é degradar o serviço público com objetivo de ampliar espaços para valorização privada do capital. A lógica da gestão toyotista utiliza ampla e intensamente, de “estratégias de subjetivação, que implicam na manipulação incisiva da mente e do corpo dos trabalhadores, por meio de conteúdos ocultos e semiocultos das instâncias intrapsíquicas” (ALVES, 2011, p.68).

Esta forma de gestão da força de trabalho foi disseminada por todo setor público, ocasionando a reestruturação tecnológica-organizacional e a implementação da gestão de metas de produtividade e desempenho. O avanço da lógica privatista no serviço público modificou os processos de trabalho, confundindo-se o valor privado com o valor público. A adoção da gestão de metas que visa o aumento da produtividade representou a degradação do serviço público, refletindo no crescimento do adoecimento dos servidores (ALVES, 2021).

Ao ser adotada no âmbito do Estado a lógica gerencialista que é oriunda das organizações privadas, corrompe o sentido do trabalho público enquanto trabalho que permite nos diferentes setores, como saúde e educação, o acesso dos cidadãos a seus direitos sociais (ALVES, 2021). Segundo Raichelis (2018), há uma implosão do estatuto do funcionalismo público através do movimento de redução de trabalhadores que possuem relações de trabalho “estáveis” e expansão das relações “flexibilizadas.

Em contrapartida a empresa privada que tem como objetivo o aumento da lucratividade a partir da lógica da flexibilização da força de trabalho, no setor público a flexibilização tem como finalidade a redução do gasto público com a folha de pagamento. Esta estratégia resultará no processo que tem como pressuposto;

A precarização do trabalho público na sua dimensão salarial, pode ser explicada por tal particularidade da ofensiva do capital no setor público. Retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, adoção da lógica de gestão toyotista na organização do trabalho público e formas de contratação precária representam o movimento do capital contra o mundo do trabalho público. Não se trata de aumentar a taxa de exploração no sentido do aumento da extração de mais-valia, mas sim reduzir o gasto público visando garantir a espoliação do orçamento público pelo capital financeiro (ALVES, 2021, p.20).

Em consonância a essas medidas há uma construção da opinião pública da imagem do servidor público, como um trabalhador “privilegiado” e “ineficiente”, instalando-se um clima desfavorável na recomposição e expansão desta força de trabalho na administração pública. Além disso, reforça a ideia que a gestão privada é sempre mais eficaz que a administração pública e que é necessário acabar com os “desperdícios” e “abusos” (DARDOT; LAVAL, 2016).

Como estratégia de controle e dominação a serviço do capitalismo, a ideologia gerencialista desloca os conflitos do nível da organização coletiva e os coloca “no nível psicológico em termos de insegurança, de sofrimento psíquico, de esgotamento profissional, de perturbações psicossomáticas, de depressões nervosas” (GAULEJAC, 2007, p.23)

Segundo Gaulejac (2007) a gestão gerencialista transforma os trabalhadores em agentes de desempenho, espera-se dos empregados uma implicação subjetiva e afetiva para o alcance das metas. Este novo modelo diante das fragilidades políticas e organizacionais dos movimentos sindicais, impõe novos ritmos e mecanismos de controle à força de trabalho (PRAUN, 2019).

Assim como há mudanças na organização e gestão do trabalho, há alterações na gramática patológica que;

Se deve ao surgimento de um novo campo de assujeitamento, um novo horizonte de reconhecimento e de uma nova forma de produção de subjetividades – ou seja, o neoliberalismo, acima de tudo, criou um novo sujeito. Não se trata mais da produção de sujeitos pro meio de tecnologias disciplinadoras (somente), mas da gestão de uma nova tecnologia de controle da produção de sujeitos que constitui um novo solo do qual nascem os novos sujeitos através da lógica do desempenho. O resultado é a gênese de um sujeito que não busca mais se conformar aos modelos pré-estabelecidos de comportamento e de ser, mas busca potencializar ao máximo seu desempenho enquanto capital humano, enquanto potencial

projetivo de realização, ou seja, um código de conduta arraigado na subjetividade e ligado a uma ética do empreendedorismo que coloniza todas as esferas da existência. (MAIA, 2022, p. 103-104).

Mesmo os trabalhadores com vínculos “estáveis” são afetados pela “precariedade subjetiva” que expressa, segundo Linhart (apud RAICHELIS, 2018, p.52), “sentimento de precariedade quando são confrontados com exigências cada vez maiores no trabalho e estão permanentemente preocupados com a ideia de nem sempre estar em condições de atendê-las”. Neste contexto crescem o assédio moral e os adoecimentos provocados pelas novas formas de organização, controle e gestão do trabalho.

Além da precariedade objetiva – resultante da piora das condições de trabalho e da perda de direitos trabalhistas e previdenciários no contexto neoliberal – a precariedade subjetiva e o sofrimento é componente da forma de organização do trabalho moderno. Essa manifestação da precarização ocorre devido a “hiperpersonalização”, através da fragilização dos coletivos dos trabalhadores e valorização do indivíduo, produzindo a ideia de insegurança generalizada. (LINHART, 2014).

Antunes (2015) relata que esse processo de adoecimento tem como pano de fundo o crescente processo de individualização do trabalhador, que foi resultante da fragmentação da solidariedade entre os trabalhadores. Este processo de ultraresponsabilização individual e de privatização do sofrimento, criou uma “subjetividade do desempenho, regida pela lógica empresarial de si mesmo, que transformou a empresa no modelo de ação subjetivo de cada pessoa” (MAIA, 2022, p.88). Portanto é produzido um novo sujeito;

O sujeito do desempenho que, a partir de uma sociabilidade neoliberal, foi educado e formado em sua subjetividade para um ambiente onde a crise se torna o fundamento padrão da sociedade e que demanda, por conta da concorrência generalizada, uma constante adaptação e flexibilidade, haja vista que a lógica da concorrência é assimilada como uma luta pela sobrevivência ou exclusão na sociedade – criando um ambiente de darwinismo social (MAIA, 2022, p. 86).

A lógica de multitarefas e da polivalência no serviço público, sobretudo pelo avanço do processo de não reposição da força de trabalho acarretando a sobrecarga destes trabalhadores, levando-os a uma crescente exaustão de profissionais que desenvolvem suas atividades principalmente nos setores da

educação e saúde. O quadro clínico desse esgotamento é nomeado na língua inglesa como burn-out, que traduzida para o Português significa “estar acabado”. Na versão brasileira do Código Internacional de Doenças (CID-10) esta síndrome foi nomeada como síndrome de esgotamento profissional, que tem como principais manifestações a exaustão, desinteresse pelo trabalho, dificuldade de concentração e queda do desempenho (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Além disso, há um processo de extensão da jornada de trabalho com o avanço do aparato tecnológico-informacional, transformando tempo de vida em tempo de trabalho, suprimindo o tempo de não-trabalho (ALVES, 2021). O processo da gestão impregna todas as esferas da vida, em que os sujeitos necessitam fazer a sua própria “gestão do tempo” para atender as demandas do trabalho. Sendo assim, é produzido o fenômeno da “vida reduzida” em que os indivíduos dedicam a maior parte do seu tempo de vida à luta pela sobrevivência e à fruição consumista desenfreada, e não se desenvolve como um ser humano-genérico (ALVES, 2011).

Segundo Maia (2022) a expansão do modo de vida neoliberal proporciona, gerencia e instrumentaliza graves danos psíquicos, a ansiedade e o medo são afetos centrais nesse sistema. A sociedade do desempenho produz indivíduos depressivos e fracassados quando não conseguem fazer realizar de forma eficaz a gestão de si mesmo. Portanto;

O adoecimento mental que hoje explode é sintoma de uma sociedade imersa em uma guerra de todos contra todos, em que cada vacilo é vivenciado sob a perspectiva da punição e da exclusão social, sem direito à solidariedade ou a qualquer espaço de comunhão e acolhimento, fazendo com que os sujeitos ignorem, sem questionamento crítico e político, a realidade em que vivem. A prioridade de cada existência é, antes de mais nada, manter-se vivo. É sob essa lógica perversa que o neoliberalismo gesta, administra e conduz o sofrimento humano (MAIA, 2022, p.105-106).

#### **IV. Conclusão**

O presente artigo buscou fazer uma breve reflexão sobre o avanço do ideário neoliberal no Estado, por meio da gradativa implantação da lógica empresarial em todo setor público, e seus rebatimentos para organização do trabalho e saúde mental dos servidores públicos. As novas configurações do trabalho, no contexto neoliberal, buscam o controle da subjetividade dos trabalhadores, produzindo novas formas de sociabilidade que impactam diretamente no processo de adoecimento

mental.

O estabelecimento de metas no serviço público não é um problema por si só, pois segundo Alves (2011) pode ser estabelecido um critério diferenciado para coordenar o trabalho do servidor público, como o controle social. Fomentando a participação social no controle das instituições públicas.

Entretanto, cabe ressaltar que a “granada do bolso no inimigo” é um processo que avança desde a década de 90, entretanto, a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016 a aprovação da Emenda Constitucional 95 do teto dos gastos públicos, que congela por 20 anos o orçamento destinado a políticas públicas como a saúde, educação, assistência social etc. Essa medida de austeridade fiscal, atrelada ao modelo de estado neoliberal financeiro, impactou diretamente o serviço público e seus trabalhadores.

A precarização do serviço público, dos seus trabalhadores reflete diretamente no atendimento das necessidades da população. Um projeto que visa o avanço do capital nos diversos setores, tornando os que podem pagar pelos serviços em cidadãos consumidores. Para os que não se enquadram nesse grupo, que não podem acessar direitos pela via do mercado, a partir da lógica neoliberal que produz a lógica do desempenho e do empreendedorismo, estes são considerados fracassados.

A pandemia da Covid-19 mostrou como o trabalho desempenhado pelos servidores públicos, foi considerado essencial no contexto de calamidade de saúde pública. Além de comporem a linha de frente nos serviços de saúde no combate a pandemia, diversos empregados públicos trabalharam arduamente na produção de pesquisas e vacinas, no atendimento a população nos serviços de assistência social etc. Mostrando para toda a população que o inimigo para a classe trabalhadora, não são os servidores públicos, mas sim o capital.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, Giovani. Trabalho, Subjetividade e Capitalismo Manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. In: **Revista da Rede de Estudos do Trabalho**, Ano V – número 8, 2011

ALVES, Giovani. **Trabalho e subjetividade: o espírito do Toyotismo na era do**

**capitalismo manipulatório.** São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, Giovani. **Gestão de metas e serviço público: A degradação do trabalho no Brasil neoliberal.** Projeto editorial Praxis, 2021.110pp.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho.** 11 e.d. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da Precarização estrutural do trabalho. In: **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização.** São Paulo: Boitempo, 2007

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.**São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serv. Soc. Soc. [online].** 2015, n.123, pp.407-427. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.030>> acesso em 20/08/2022.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma: Desestruturação do Estado e perda de direitos.**2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil e na redemocratização. In: SALVADOR, E. S.; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (orgs.). **Crise do Capital e Fundo Público - implicações para o trabalho, os direitos e a política social.** São Paulo: Cortez, 2019, p. 43-65.

BRASIL. **A Nova Política de Recursos Humanos.** Brasília: MARE, n.11, 1997

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **A reforma do aparelho do estado e as mudanças constitucionais: síntese & resposta a dúvidas mais comuns.** Brasília, MARE, n.6, 1997.

BRASIL. **Decreto Lei n. 7.082** -Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais-REHUF, dispõe sobre o financiamento compartilhado dos hospitais universitários federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais. Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.550 de 15 de dezembro de 2011**–Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Brasília, 2011.

CISLAGHI, J. F. Hospitais Universitários: presente caótico e futuro incerto – Parte 2. In: **Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/ANDES-SN.** Rio de Janeiro, 11 de maio de 2010, n.657, p. 10-11.

CISLAGHI, J. F. Financiamento do ensino superior no Brasil: novos e antigos mecanismos de privatização do fundo público. In: BEHRING, Elaine et alii (org.). **Financeirização, Fundo Público e Política Social.** São Paulo: Cortez,2012.

DANIELIU, Josnei Luis, et al. A percepção dos trabalhadores sobre o processo de trabalho no Hospital em um Hospital Universitário Federal sob a gestão de uma empresa estatal de direito privado. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v.43, n.121, p 378-389, 2019.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GAULEJAC, Vicente de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social** [tradução Ivo Storniolo] – Aparecida-SP. Ideias & Letras, 2007.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo, 26º ed, Loyola, 2016.

IANNI, O. (org.) **Karl Marx – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1984

LEHER, Roberto. **Reforma do Estado: o privado contra o público**. Revista Educação, Saúde e Trabalho 1(2), p. 27-51, 2003.

LAURELL, A. C. La salud-enfermedad como proceso social. **Revista Latinoamericana de Salud**, México, v. 2, p. 7-25, 1982.

LIMA, Kátia. Trabalho Docente e formação profissional nas Universidades Federais. In: **Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. p.2-14, São Luís, 2009.

LINHART, Danièle. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**, São Paulo: Boitempo, 2014.

LOURENÇO, Edvânia Angela de Souza. Saúde do trabalhador e da trabalhadora no capitalismo contemporâneo. In: LOURENÇO, Edvânia Angela de Souza. (Org). **Saúde do trabalhador e da trabalhadora e serviço social: estudos da relação trabalho e saúde no capitalismo contemporâneo**. Campinas. Papel Social, 2016. P.27-48.

MAIA, Heribaldo. **Neoliberalismo e sofrimento psíquico: o mal-estar nas universidades**. / Heribaldo Maia – Recife: Ruptura, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, J.P; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (biblioteca básica do serviço social; v.1).

PRAUN, Luci. Trabalho, adoecimento e descartabilidade humana. In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração**. Org: Ricardo Antunes –1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel (org.);ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

SELLIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo, Cortez, 2011.

SODRE, F; LETTIKE, D; DRAGO, L.M.B; PERIM, M.C.M;. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: um novo modelo de gestão? **Serviço Social e Sociedade**, n.114, p.365-380, São Paulo, 2013.